

EDITAL Nº 002/2017-EMERON

ESTABELECE NORMAS DO PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA, EM REGIME PRESENCIAL E EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – 2017.

O Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – EMERON, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo aos candidatos interessados no Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura, pós-graduação lato sensu, em 2017, para Porto Velho e Ji-Paraná.

1. DA INSCRIÇÃO

1.1. As inscrições para o processo seletivo deverão ser realizadas no período de 18 de janeiro a 10 de fevereiro de 2017, exclusivamente por meio do endereço <http://emerontjro.jus.br/>.

1.2. O preenchimento da ficha de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não havendo possibilidade de reclamações posteriores em razão de eventuais prejuízos decorrentes do preenchimento inadequado do requerimento. Assim, o candidato deverá ler atentamente o formulário e conferir minuciosamente as informações prestadas.

1.3. O recolhimento da taxa deverá ser feito no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por boleto bancário emitido pelo site do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (<http://emerontjro.jus.br/>, no link EMISSÃO DE BOLETOS).

1.3.1. Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento ou de devolução do valor da taxa de inscrição.

2. DAS VAGAS EM PORTO VELHO E JI-PARANÁ

2.1. Serão oferecidas 40 (quarenta) vagas em Porto Velho, e 40 (quarenta) vagas em Ji-Paraná, exclusivamente no período noturno, quatro destas destinadas às Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) em cada uma das unidades.

2.2. Em Ji-Paraná, a realização do certame está condicionada à existência de, no mínimo, 20 (vinte) inscritos, sendo que o curso, de igual forma, somente terá início se forem efetivadas, no mínimo, 20 (vinte) matrículas.

2.2.1. Não iniciado o curso, serão restituídos os valores das inscrições.

3. DA PROVA SELETIVA E DO RESULTADO FINAL

3.1. O processo seletivo far-se-á mediante prova de múltipla escolha, contendo 60 questões de conhecimento dos diversos ramos do Direito, com conteúdo relacionado no Anexo I.

3.2. A prova seletiva será realizada no dia 13 de fevereiro de 2017, às 19 horas, com duração de 3 (três) horas, em Porto Velho na sede da Emeron, Rua Tabajara n. 834, Bairro Olaria, e em Ji-Paraná, no Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, situada na Av. Eng.º. Manfredo Barata Almeida da Fonseca n. 762, Bairro Jardim Aurélio Bernardi.

3.3. O candidato deverá comparecer ao local da prova com 15 minutos de antecedência, munido de documento pessoal e comprovante de pagamento da inscrição.

3.4. O gabarito será publicado no dia 14 de fevereiro de 2017, na página eletrônica da EMERON.

3.5. As Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) que necessitarem de computador para a realização das provas poderão contar com equipamentos exclusivamente preparados a esta finalidade, fornecidos pela EMERON e deverão comunicar o fato no ato da inscrição.

3.5.1. Os equipamentos especialmente adaptados deverão passar por inspeção prévia da Coordenadoria de Informática do TJRO, para receberem um certificado de regularidade, sendo, em qualquer caso, excluída a possibilidade de conexão com a internet.

3.6. O candidato que desejar interpor recurso poderá fazê-lo no dia 15 de fevereiro de 2017, até às 18h, observado o horário local, exclusivamente pelo e-mail emerontjro.jus.br.

3.7. Todas as comunicações referentes ao processo seletivo e inscrição serão enviadas exclusivamente para o e-mail indicado na ficha de inscrição, responsabilizando-se o candidato por possíveis falhas no provedor de sua escolha.

3.8. A divulgação do resultado do certame será feita no dia 16 de fevereiro de 2017, também por edital no Diário Eletrônico da Justiça Estadual.

3.9. Será considerado aprovado o candidato que atingir, no mínimo, 50% de acerto da prova objetiva.

3.9.1. Os candidatos serão classificados pela ordem decrescente de pontos obtidos como resultado final, até o limite de vagas oferecidas.

3.9.2. Em caso de empate no processo de classificação, será beneficiado o candidato mais idoso.

4. VALOR DO CURSO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total do curso corresponderá a R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), dividido em 12 parcelas mensais de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme tabela de serviço da EMERON.

5. DA MATRÍCULA

5.1. Os candidatos aprovados, de acordo com a classificação, no limite de vagas, deverão efetuar a matrícula, pessoalmente ou por procurador, somente nos dias 17, 18 de fevereiro de 2017, das 8 às 18h, e 20 de fevereiro de 2017, das 8 às 13h, nas secretarias da EMERON, em Porto Velho e Ji-Paraná.

5.2. Para a efetivação da matrícula, deverão ser atendidas as seguintes exigências:

requerimento devidamente assinado, de próprio punho ou mediante procuração, a qual ficará retida;

cópia autenticada de RG, CPF e Reservista;

cópia de comprovante de residência;

foto 3x4 recente;

documento comprobatório de conclusão (até a data da matrícula) do Curso de Bacharel em Direito; devendo ser fornecida cópia de diploma de graduação em Direito à Secretária de Registro Acadêmico, no prazo de 180 dias, impreterivelmente;

Cópia do histórico escolar do curso de graduação;

02 (duas) vias assinadas do contrato de prestação de serviços educacionais do Curso de Especialização para a Carreira da Magistratura, disponibilizado pela Emeron;

Comprovante de pagamento da inscrição.

5.3. O candidato que não confirmar a matrícula, na data definida neste edital, perderá o direito à vaga.

5.4. Caso haja desistência, as vagas serão imediatamente preenchidas, observado o número de vagas estipulado neste edital e a lista de suplentes.

5.4.1. Os candidatos suplentes convocados deverão efetuar a matrícula impreterivelmente até 48 horas, após a data da convocação.

5.4.2. O candidato suplente convocado exclusivamente por e-mail, que não efetivar matrícula no prazo estipulado, perderá o direito à vaga.

6. DO DESENHO CURRICULAR, DA DURAÇÃO DO CURSO, DA METODOLOGIA DE ENSINO E DA AVALIAÇÃO

6.1. O Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura, pós-graduação lato sensu, autorizado pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, na forma do Decreto Estadual n. 16.355.

6.2. O desenho curricular está esboçado no anexo II.

6.3. O curso tem duração de 2 (dois) anos, com carga horária total de 944 h/a, podendo as aulas teóricas e práticas ocorrerem nos primeiros 18 (dezoito) meses, de segunda a sexta-feira (período noturno) e aos sábados pela manhã.

6.4. As aulas teóricas terão início no dia 20 de fevereiro de 2017, no horário de 19h30min às 22h50min, de segunda a sexta-feira, e das 8 às 12h, aos sábados.

6.5. A metodologia utilizada no curso envolve modernas técnicas e processos de ensino – aprendizagem, as quais privilegiam a relação entre teoria e prática, mediante aulas expositivas, estudos de casos concretos, havendo a efetiva participação do aluno na elaboração de minutas de decisões com análise de doutrina e jurisprudência, bem como em atividades complementares de natureza prática cotidiana do sistema judiciário, orientado por magistrado designado pelo Diretor da EMERON.

6.6. A avaliação compreenderá análise do processo e do produto, mediante aplicação de provas, testes, simulados, participação em seminários; elaboração e defesa do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), ou uso de outros instrumentos adequados à análise de aprendizagem de conteúdo, desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas dos magistrados.

6.7. A periodicidade, os instrumentos e os critérios de avaliação formal serão estabelecidos pela EMERON, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo CEE, em conformidade com os conteúdos e resultados de atividades curriculares desenvolvidas no período precedente.

6.8. As atividades complementares estão normatizadas no regimento do curso e regulamentos específicos.

6.9. A apresentação do trabalho de conclusão de curso deverá ocorrer até fevereiro de 2019.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Os casos omissos neste edital serão analisados pela Direção da EMERON.

Porto Velho, 17 de janeiro de 2017.

Desembargador Paulo Kiyochi Mori
Diretor da Emeron

(ANEXO I)

Conteúdo da Prova Seletiva

1. DIREITO CIVIL

1.1. Das Pessoas Naturais e Jurídicas. Da Personalidade: conceito e direitos. Do Nome: natureza jurídica, elementos e imutabilidade. Do Estado Civil. Do Domicílio: conceito e espécies. Da Capacidade Civil: conceito, classificação, aquisição e cessação. Da Ausência: conceito e efeitos. Da curadoria dos bens dos ausentes e das sucessões provisória e definitiva. Das Pessoas Jurídicas: conceito, classificação, constituição e extinção. Da Desconsideração da Personalidade Jurídica. Dos Bens: conceito e classificação. Dos Bens Públicos. 1.2. Dos Fatos Jurídicos. Do Negócio Jurídico: conceito, classificação, interpretação e elementos constitutivos. Da Representação. Dos Defeitos do Negócio Jurídico: erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo e lesão. Da Fraude Contra Credores e da Ação Pauliana. Da Invalidez do Negócio Jurídico. Da Simulação: conceito e efeitos. Dos Atos Jurídicos: conceito e classificação. Existência, Nulidade e Anulabilidade dos Atos Jurídicos. Da Responsabilidade Civil: responsabilidades contratual, extracontratual, subjetiva e objetiva. Dos Atos Ilícitos. Da Responsabilidade Aquiliana: conceito, requisitos e exclusão. Da Prescrição: conceito, requisitos e distinções. Suspensão e Interrupção da Prescrição. Da Decadência: conceito e efeitos. Da Prova. 1.3. Do Direito das Obrigações. Das Modalidades das Obrigações. Das Obrigações Solidárias: solidariedade ativa e passiva. Da Transmissão das Obrigações: cessão de crédito e assunção de dívida. Do Adimplemento e Extinção das Obrigações: conceito, modalidades e efeitos do pagamento. Do Inadimplemento das Obrigações: mora, perdas e danos, juros legais, cláusula penal e arras. 1.4. Dos Contratos: conceito, formação e classificação. Da Extinção do Contrato: distrato, cláusula resolutiva, exceção de contrato não cumprido e resolução por onerosidade excessiva. Das Várias Espécies de Contrato: compra e venda, permuta, contrato estimatório, doação, empréstimo, prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, comissão, seguro, fiança, transação e compromisso. Da Locação (Lei 8.245, de 18/10/1991). 1.5. Dos Atos Unilaterais: promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido e enriquecimento sem causa. Dos Títulos de Crédito: conceito, características, requisitos, classificação e legislação específica. Da Responsabilidade Civil. Das Preferências e Privilégios Creditórios. Da Alienação Fiduciária em Garantia (Decreto-lei n. 911, de 11/10/1969). Arrendamento Mercantil (Leasing). 1.6. Do Direito de Empresa. Do Empresário: conceito e capacidade. Da sociedade Civil: conceito e modalidades. Da Sociedade Simples. Da sociedade em Nome Coletivo. Da Sociedade Limitada: conceito, cotas, administração, responsabilidade e dissolução. Da Sociedade Anônima. Da Sociedade Cooperativa. Do Estabelecimento. Dos Institutos Complementares: registro, nome empresarial, prepostos e escrituração. 1.7. Do Direito das Coisas. Direito Real e Direito Pessoal: conceitos e distinções. Dos Direitos Reais de Garantia: penhor, hipoteca e anticrese. Da Posse: conceito e classificação. Posse e Propriedade: distinções. Aquisição, Perda e Efeitos da Posse. Da Propriedade. Da Aquisição da Propriedade Imóvel: usucapião, registro do título e acessão. Da Aquisição da Propriedade Móvel: usucapião, ocupação, achado, tradição, especificação, confusão, comissão e adjudicação. Da Perda da Propriedade. Dos Direitos de Vizinhança: conceito e modalidades. Do Condomínio: conceito e modalidades. Dos Direitos Reais de Superfície, Servidão, Usufruto, Uso e Habitação: conceitos e distinções. Do Direito do Promitente Comprador. 1.8. Do Direito de Família. Do Casamento: natureza jurídica, requisitos, impedimentos, causas suspensivas, habilitação e celebração, provas, invalidade, eficácia, dissolução da sociedade e do vínculo conjugal e proteção à pessoa dos filhos. Das Relações de Parentesco: filiação, reconhecimento dos filhos, adoção e poder familiar. Da Investigação de Paternidade. Do Direito Patrimonial, Regime de Bens Entre os Cônjuges: modalidades. Pacto antenupcial. Do

Usufruto e da Administração dos Bens dos Filhos Menores. Dos Alimentos: conceito, origem da obrigação e ação de alimentos. Do Bem de Família. Divórcio e Separação (Lei 6.615, de 26.12.1977). Da União Estável: conceito, evolução e situação atual. Da Tutela e da Curatela: conceitos e espécies. 1.9. Do Direito das Sucessões. Da Sucessão Legítima: ordem de vocação hereditária, herdeiros necessários e direito de representação. Da Sucessão Testamentária: conceito e capacidade de testar. Do Testamento: conceito, formas ordinárias e especiais, codicilos, legados, substituições, deserdação, redução das disposições testamentárias, revogação e rompimento. Do Testamenteiro. 1.10. Do Inventário e da Partilha: conceitos e procedimento. Dos Sonogados e Da Colaço. Da Partilha: modalidades, garantia dos quinhões hereditários e da anulação; e Lei dos Registros Públicos.

2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

2.1. Da Jurisdição e da Ação. Das Condições da Ação. Das Partes e dos Procuradores. 2.2. Do Ministério Público. Dos Órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça. Competência. 2.3. Dos Atos Processuais. Da Forma, do Tempo e do Lugar dos Atos Processuais. Dos Prazos. Das Comunicações e das Nulidades dos Atos Processuais. Dos Pressupostos Processuais. 2.4. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo. Do Processo e do Procedimento. Dos Procedimentos Ordinário e Sumário. 2.5. Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária e Contenciosa. 2.6. Da Separação e do Divórcio. 2.7. Do Processo nos Tribunais. Da Ação Rescisória. Dos Recursos. 2.8. Do Processo de Execução. Das Diversas Espécies de Execução. 2.9. Dos Embargos à Execução. Da Execução por Quantia Certa. Da Suspensão e da Extinção do Processo de Execução.

3. DIREITO ELEITORAL

3.1 Direito Eleitoral: objeto e legislação. Do Poder Representativo: aspectos históricos da representação política e natureza jurídica do sufrágio. Da Organização Eleitoral. Do Sufrágio: conceito, extensão, valor, modo e formas. Dos Sistemas Eleitorais: aspectos gerais. 3.2. Da Justiça Eleitoral: organização, características e funcionamento. Do Controle do Processo Eleitoral: competência e mecanismos. Do Ministério Público na Jurisdição Eleitoral: órgãos e funções institucionais. 3.3. Da Capacidade Eleitoral: conceito, requisitos e limitações. Do Alistamento Eleitoral: conceito, requisitos, procedimento e efeitos. Da Transferência. Do Cancelamento e Da Exclusão. Da Fiscalização do Alistamento. Da Elegibilidade: escolha e registro de candidatos. Da Arguição e da Impugnação. Da Lei Complementar n. 64/90. 3.4. Garantias Eleitorais: conceito e espécies. Da Liberdade de Escolha: proteção à liberdade de voto, à liberdade física de eleitores e aos agentes do processo eleitoral. Da Atuação da Força Pública nas Eleições. Modalidades de Garantias: isenção tributária, gratuidade de atos eleitorais, licenças para concorrer a cargo eletivo, transporte e alimentação de eleitores e outras garantias. 3.5. Dos Partidos Políticos: conceito, evolução histórica e legislação partidária (Lei n. 9.096/95). Da Organização Partidária: criação, estrutura, classificação, funcionamento e extinção dos partidos políticos. Dos Órgãos Partidários e da Filiação. Disciplina Partidária e Atividade Financeira dos Partidos Políticos. 3.6. Da Campanha Eleitoral: arrecadação e aplicação de recursos e prestação de contas. Das Coligações Partidárias. Da Propaganda Eleitoral: conceito, técnicas de realização, limites jurídicos, princípios e controle da propaganda eleitoral. Do Direito de Resposta. Das Pesquisas Eleitorais. 3.7. Atos Preparatórios à Votação: medidas preparatórias. Das seções eleitorais: composição, competência, localização e fiscalização das mesas receptoras de votos. Da Votação: instalação da mesa receptora e manifestação do voto. Do Voto: válido, nulo, em branco e em separado. Do Sistema Eletrônico de Votação. Das Impugnações e dos Recursos. Do Encerramento da Votação e da Finalização dos Trabalhos na Seção Eleitoral. 3.8. Da Apuração Eleitoral. Das Juntas Apuradoras: estrutura, competência e funcionamento. Da Totalização Eletrônica dos Votos. Da Proclamação do Resultado e da Diplomação dos Eleitos. 3.9. Das Nulidades: sistema de nulidades do Código Eleitoral. Dos Recursos Eleitorais: espécie, formas de interposição, prazos, efeitos e tramitação. 3.10. Dos Crimes Eleitorais: tipos penais eleitorais, natureza e espécies dos crimes eleitorais. Da Conexão em Matéria Eleitoral. Do Processo Penal Eleitoral: aspectos gerais e situação legislativa.

4. DIREITO AMBIENTAL

4.1. Dispositivos Constitucionais Sobre o Meio Ambiente. 4.2. Poder de Polícia no Direito Ambiental. 4.3. Política e Sistema Nacional do Meio Ambiente. 4.4. Responsabilidade Penal por Crimes Praticados Contra o Meio Ambiente. 4.5. Dos Crimes Contra a Fauna. 4.6. Dos Crimes Contra a Flora. 4.7. Dos Crimes Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural. 4.8. Dos Crimes Contra a Administração Ambiental. 4.9. Da Poluição e Outros Crimes Ambientais. 4.10. Ação Popular e Ação Civil Pública Como Instrumento de Combate à Violação ao Meio Ambiente.

5. DIREITO DO CONSUMIDOR

5.1. Dos Direitos do Consumidor. Da Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos Básicos do Consumidor. 5.2. Da qualidade de produtos e serviços. Da prevenção e da reparação de danos. Da proteção à saúde e Segurança. Da responsabilidade pelo fato do Produto e do Serviço. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço. 5.3. Da decadência e da Prescrição. Da desconsideração da personalidade jurídica. 5.4. Das práticas comerciais. Da Oferta. Da Publicidade. Das práticas abusivas. Da Proteção Contratual. 5.5 Das Cláusulas Abusivas. Dos contratos de adesão. Controle das cláusulas abusivas. 5.6 Da cobrança de Dívidas. Dos Bancos de Dados e Cadastros dos Consumidores. 5.7. Das Sanções Administrativas. Das Infrações Penais. 5.8. Da Defesa do Consumidor em Juízo. Das Disposições Gerais. Das Ações Coletivas para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos. Das Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços. Da Coisa Julgada nas ações de defesa do consumidor. 5.9. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. 5.10. Da Convenção Coletiva de Consumo.

6. DIREITO PENAL

6.1. Da Aplicação da Lei Penal e do Crime. Da Imputabilidade Penal; Concurso de Pessoas. 6.2. Das Penas. Das Medidas de Segurança. Da Ação Penal e a Extinção da Punibilidade. 6.3. Dos Crimes Contra a Pessoa. 6.4. Dos Crimes Contra o Patrimônio. 6.5. Dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual e Leis das Execuções Penais (7.210/84); e Lei 10.826/2003. 6.6. Dos Crimes Contra os Costumes e Código de Defesa do Consumidor: infrações Penais. Retificado a denominação – DJE 124/2010 de 12 de julho de 2010. 6.7. Dos Crimes Contra

a Família. Lei Maria da Penha (11.340/2006). Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública. 6.8. Dos Crimes Contra a Paz Pública; Contra a Fé Pública e Crimes contra o Meio Ambiente. 6.9. Dos Crimes Contra a Administração Pública. 6.10. Lei Antitóxico (11.343/2006); Lei dos Crimes Hediondos (8.072/90); Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores (DL 201/67).

7. DIREITO PROCESSUAL PENAL

7.1. Inquérito Policial, Ação Penal, Ação Civil. Da Jurisdição e da Competência. Dos Sujeitos Processuais do Juiz. Das Partes. Dos Órgãos Auxiliares. 7.2. Das Questões e Processos Incidentes. Das Execuções. Do Conflito de Jurisdição. Da Restituição de Coisas Apreendidas. Medidas Assecuratórias. Do Incidente de Falsidade. Da Insanidade Mental do Acusado. 7.3. Das Provas. Conceito. Classificação. Meios. Ônus da Prova. Livre Convencimento. Busca e Apreensão. Perícias e Exame de Corpo de Delito. Interrogatório. Confissão. Testemunhas. Acareação. Do Reconhecimento de Pessoas e Coisas. Dos Documentos. Dos Índícios. 7.4. Da Prisão. Da Prisão em Flagrante. Da Prisão Preventiva. Apresentação Espontânea do Acusado. Da Liberdade Provisória e da Fiança. Da prisão temporária. 7.5. Das Citações e Intimações. Da Aplicação Provisória de Interdição de Direito e Medidas de Segurança. Da Sentença. 7.6. Dos Processos e dos Julgamentos dos Crimes de Competência do Juiz Singular. 7.7. Dos Processos e dos Julgamentos dos Crimes de Competência do Júri. 7.8. Dos Processos Especiais. Do Processo e Julgamento dos Crimes de Tóxicos. Delitos de Trânsito. Responsabilidade dos Funcionários Públicos. Do Processo Sumário. 7.9. Das Nulidades e dos Recursos em Sentido Estrito. Apelação. Revisão Criminal. Habeas Corpus. 7.10. Aspectos processuais das Leis 9.099/95, 9.271/96 e de outras legislações especiais.

8. DIREITO CONSTITUCIONAL

8.1. Os Princípios Fundamentais. A Constituição: Conceito. Objeto. Conteúdo. Classificação. Princípios e Normas Constitucionais. Interpretação da Constituição. Reforma da Constituição. Poder Constituinte. 8.2. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: Classificação. Direito à Igualdade. Direito à Privacidade. Direito à Propriedade. Interpretação dos Direitos Fundamentais. 8.3. Ações Constitucionais. Mandado de Segurança: Individual e Coletivo. Habeas Corpus. Ação Popular. Mandado de Injunção. Habeas Data. Direito de Petição. Ação de Reclamação de Preservação de Competência do STF e STJ. 8.4. Nacionalidade. Direitos Políticos. Partidos Políticos. Inelegibilidades. Cassação dos Direitos Políticos. 8.5. Organização do Estado. Administração Pública. Repartição de Competências. A União. Os Estados. O Distrito Federal. Os Municípios. Intervenção Federal e Intervenção Estadual. 8.6. Poder Legislativo: Estrutura. Funções. Processo Legislativo. Garantias Parlamentares. 8.7. O Poder Executivo. O Presidencialismo. O Parlamentarismo. O Impeachment. 8.8. Poder Judiciário: Estrutura. Funções. Estatuto e Garantias dos Magistrados. Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Funções Essenciais à Justiça. Advocacia e Estatuto. Ministério Público. 8.9. Controle da Constitucionalidade. Órgãos de Controle. Formas de Controle. A Decisão no Controle de Constitucionalidade. Inconstitucionalidade por Omissão. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Interpretação Conforme a Constituição. 8.10. Os Direitos Sociais. Ordem Social. Direitos à Seguridade Social. Direito à Educação e Cultura. O Meio Ambiente. Direitos da Família, da Criança, do Adolescente. Os Índios. Direito do Idoso (Lei n. 10.741/2003).

9. DIREITO TRIBUTÁRIO

9.1. Competência Tributária. Fontes de Direito Tributário. 9.2. Fato Gerador. Conceito. Características Essenciais. 9.3. Incidência. Não Incidência. Imunidade, Isenção e Anistia. 9.4. Imposto. Taxa. Tarifa. Preço Público. Contribuição de Melhoria. 9.5. Lançamento. Seus Efeitos. Modalidades. 9.6. Extinção de Crédito Tributário. Modalidades. 9.7. O Sistema Tributário na Nova Constituição. 9.8. Prescrição e Decadência. 9.9. A Dívida Ativa e Sua Cobrança. 9.10. Garantias e Privilégios de Crédito Tributário.

10. DIREITO ADMINISTRATIVO

10.1. Servidores Públicos: Direito, Deveres e Proibições. Responsabilidades Penais, Cíveis e Administrativas. Regime Constitucional. Sindicância e Processo Administrativo. 10.2. Administração Indireta: Autarquias. Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas. Fundações Públicas. Serviço Público. Intervenção no Domínio Econômico. 10.3. Contrato Administrativo: Características. Espécies. Formalização do Contrato. Interpretação. Rescisão. Execução. Alteração e Extinção. Cláusula rebus sic stantibus. Teoria da Imprevisão. 10.4. A Administração Pública: Organização. Órgãos Públicos. Agentes Públicos. Princípios da Administração Pública. Poder Discricionário. Poder de Polícia. 10.5. Ato Administrativo: Conceito. Requisitos. Eficácia. Vigência. Efeitos. Atributos. Classificação. Revogação e Anulação. Motivação. Vinculação e Discricionariedade. 10.6. Licitação: Dispensa. Inexigibilidade. Vedações. Modalidade. Princípios norteadores da licitação. Fases da Licitação. Revogação e Anulação. Recursos. 10.7. Da Intervenção do Estado na Propriedade. Desapropriação. Necessidade Pública. Utilidade Pública e Interesse Social. Desapropriação para Reforma Agrária. Limitação. Ocupação Temporária e Servidão Administrativa. Requisição. 10.8. Bens Públicos. Classificação. Aquisição. Uso. Alienação. 10.9. Controle da Administração Pública: Controle Direto e Indireto. Controle Administrativo. Controle Legislativo. Discricionariedade e Controle Jurisdicional. Da Responsabilidade Civil do Estado. Improbidade Administrativa. 10.10. Direito Sanitário: Saúde na Constituição da República. Sistema Único de Saúde. Vigilância sanitária. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Campo de atuação da vigilância sanitária. Vigilância sanitária do meio ambiente. Vigilância sanitária de drogas e medicamentos. Vigilância sanitária de serviços de saúde. Do exercício do poder de polícia. Controle jurisdicional dos atos de polícia sanitária.

11. DIREITO EMPRESARIAL

11.1. Empresa e empresário. Estabelecimento empresarial. 11.2. Direito Societário. Código Civil de 2002. 11.3. Sociedade empresária: a) conceito de sociedade; b) formação e divisão do capital; c) responsabilidade dos sócios; d) personalidade jurídica; e) desconsideração da personalidade jurídica; f) classificação das sociedades; g) constituição das sociedades. 11.4. Das sociedades em espécie: a) sociedade em comum; b) sociedade em conta de participação; c) sociedade simples; d) sociedade em nome coletivo; e) sociedade em comandita simples;

f) sociedade limitada; g) sociedade anônima; h) sociedade em comandita por ações. 11.5. Ligações Societárias: a) sociedade controladora; b) sociedades coligadas; c) subsidiária integral; d) grupo societário; e) consórcio. 11.6. Títulos de crédito. Código Civil de 2002 e Lei Uniforme: a) características de títulos de crédito; b) circulação dos títulos de crédito; c) conceito de título de crédito; d) requisitos essenciais e não essenciais. 11.7. Classificação dos títulos de crédito: a) títulos de crédito nominativos; b) títulos de crédito ao portador; títulos de crédito à ordem. Institutos cambiários: a) aval; b) endosso; c) protesto (Lei n. 9.492, de 10.09.97); d) aceite. Títulos de crédito em espécie: a) letra de câmbio; b) nota promissória; c) duplicata; d) cheque; e) debêntures; f) comercial paper; g) cédulas de crédito comercial, industrial e rural. 11.8. Recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresarial (Lei n. 11.101 de 9 de fevereiro de 2005). 11.9. Disposições preliminares e comuns à recuperação judicial e à falência: a) verificação e da habilitação de créditos; b) administrador judicial e comitê de credores; c) assembleia geral de credores. 11.10. Recuperação judicial: a) objetivo; b) legitimidade ativa; c) requisitos; d) créditos abrangidos e exceções; e) meios para a obtenção da recuperação da empresa; f) pedido e processamento da recuperação judicial; g) plano de recuperação judicial.

12. DOS JUIZADOS ESPECIAIS

12.1. Dos Juizados Especiais Cíveis. Da Competência: domicílio do autor ou do local do ato ou fato. 12.2. Do Juiz, dos Conciliadores e dos Juizes Leigos. Das Partes. Do Pedido. 12.3. Dos Atos Processuais. Das Citações e Intimações. Da Revelia. 12.4. Da Conciliação e do Juízo Arbitral. Da Instrução e Julgamento. Da Resposta do Réu. 12.5. Das Provas. Da Sentença. 12.6. Dos Embargos de Declaração. Da Extinção do Processo sem Julgamento do Mérito. 12.7. Da Execução. Das Despesas. 12.8. Dos Juizados Especiais Criminais. Da Competência e dos Atos Processuais. 12.9. Da Fase Preliminar. Do Procedimento Sumaríssimo. 12.10. Da Execução. Disposições Comuns aos Juizados Cíveis e Criminais.

13. HERMENÊUTICA

13.1. Conceito de Hermenêutica. 13.2. Interpretação e Construção. 13.3. Sistemas de Hermenêutica e Aplicação do Direito. 13.4. Interpretação Autêntica, Doutrinária, Sistemática, Gramatical, Lógica, Teleológica, Analogia, e Equidade, Costumes e Jurisprudência. 13.5. Disposições Legislativas sobre interpretação. 13.6. Qualidades de Hermeneuta. Causas de Interpretação viciosa e incorreta. 13.7. Leis de Ordem Pública: Imperativas ou Proibitivas. 13.8. Princípios Gerais de Direito. 13.9. Interpretação dos atos jurídicos. 13.10. Revogação do Direito.

14. LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL E ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

14.1. Lei Orgânica da Magistratura Nacional – Lei Complementar n. 35/1979: Dos Órgãos do Poder Judiciário. Dos Tribunais e Dos Magistrados. 14.2. Das Garantias da Magistratura e das Prerrogativas do Magistrado: Da Vitaliciedade, Da Inamovibilidade, Da Irredutibilidade de Vencimentos e Das Prerrogativas do Magistrado. 14.3. Da Disciplina Judiciária: Dos Deveres do Magistrado, Das Penalidades e Da Responsabilidade Civil do Magistrado. 14.4. Da Magistratura de Carreira: Do Ingresso, Da Promoção, Da Remoção e Do Acesso. 14.5. Das Férias, Das Licenças, Das Concessões e Da Aposentadoria. 14.6. Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – Lei n. 8.906/1994: Atividade da Advocacia, Dos Direitos do Advogado e Da Sociedade de Advogados e Advogado empregado. 14.7. Dos Honorários Advocatícios. 14.8. Das Incompatibilidades e Impedimentos. 14.9. Das Infrações e Sanções Disciplinares. 14.10. Dos Fins e da Organização.

15. ÉTICA

15.1. Código de Ética da Magistratura Nacional: Disposições gerais, independência, imparcialidade, transparência, integridade pessoal e profissional, diligência e dedicação, cortesia, prudência, sigilo profissional, conhecimento e capacitação, dignidade, honra e decoro. 15.2. Ética: Conceitos, Fontes e Relações com o Direito. 15.3. Consciência Moral. 15.4. Moral, Ética e Direito. 15.5. Valores e Princípios Éticos e Valores Éticos e Princípios. 15.6. Desafios éticos da Magistratura. 15.7. Fundamentos éticos e morais da decisão judicial. 15.8. Ética na atividade jurisdicional. 15.9. O sentido e a importância da ética no mundo atual.

16. DEONTOLOGIA

16.1. Evolução histórica das ideias éticas; 16.2 Autonomia e heteronomia. 16.3 Lógica da aplicação da norma jurídica e método de interpretação. 16.4 Teoria da interpretação. Conceito e objeto da hermenêutica jurídica. Processos de integração do Direito. 16.5 Concurso e conflito de regras e de princípios jurídicos. 16.7 Direito Intertemporal: retroatividade e direito adquirido. Aplicação da lei no espaço e pluralidade de ordens jurídicas.

(ANEXO II)

CRONOGRAMA

Período de inscrições	18/01/2017 a 10/02/2017
Data da Prova	13/02/2017
Publicação do Gabarito Preliminar	14/02/17
Recursos	15/02/17
Publicação do Resultado Definitivo	16/02/17
Matrícula	17, 18 e 20/02/2017